

Momentos de Pesquisas sobre Relações Raciais e Relações de Classe entre Crianças no Brasil

Ethel V. Kosminsky

Professora de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Marília (Brasil) e do Departamento de Sociologia do Queens College/CUNY (EUA).

Resumo: Este artigo trata de dois estudos de caso da identidade social e étnico-racial de crianças e, especificamente, do seu processo de socialização racial. O primeiro caso se refere às crianças em estado de pauperização, internadas em instituições assistenciais nas cidades de São Paulo e de Marília, estado de São Paulo. De acordo com as informações, concluímos que a criança institucionalizada é submetida a um processo de “participação-exclusão”, agravado pela ausência da família e pelo preconceito social, por ser pobre e institucionalizada, e étnico-racial, por ser negra. A criança, de modo semelhante à criança da periferia de São Paulo, internaliza esse sentimento de baixa-estima, chamando umas às outras por termos raciais pejorativos. A segunda pesquisa trata de meninas e de adolescentes que trabalham como empregadas domésticas, na cidade de Marília. As informações mostram que elas são estigmatizadas por trabalharem como domésticas. A maior parte das meninas e jovens são negras e sofrem na escola, sendo chamadas de termos raciais derogatórios. Elas se vêm a si próprias através de várias denominações de cor da pele, algumas desejando serem consideradas brancas, e somente algumas se identificando como negras.

Palavras-chave: criança afro-brasileira, socialização racial, racismo.

Abstract: This article deals with two case-studies of children's social and ethnic/racial identity, and also with their racial socialization. The first one concerns institutionalized children living in São Paulo and Marília orphanages because their families have insufficient income to support them. These children are deprived of their family, and are unfairly treated because they are destitute, institutionalized, and of African-Brazilian or mixed African-Brazilian and white ancestry. Similar to poor children from the outskirts of São Paulo, institutionalized children internalize this low self-esteem, calling each other by derogatory racial names. The second study is about girls and adolescents who work as domestic servants in Marília. They are stigmatized because of their work, and also for being African-Brazilian at their school, even by others of the same ethnicity. They identify their skin color using a variety of denominations according to Brazilian culture, which helps to hide prejudice against African-Brazilians. This is the reason they regard themselves as white. Only a few identify themselves as being of African-Brazilian origin.

Key-words: Afro-Brazilian child, racial socialization, racism.



Kosminsky, Ethel V. (2012). Momentos de Pesquisas sobre Relações Raciais e Relações de Classe entre Crianças no Brasil. *Da Investigação às Práticas, II (II)*. 18-36.

Contacto: Ethel V. Kosminsky, Professora de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Marília (Brasil) e do Departamento de Sociologia do Queens College/CUNY (EUA), ethelkos@hotmail.com

Résumé: Cet article traite de deux études de cas de l'identité sociale et ethno-raciale d'enfants et, en particulier, leur processus de socialisation raciale. Le premier cas se réfère à des enfants en état de paupérisation, internées dans des institutions d'assistance dans les villes de São Paulo et de Marília, état de São Paulo. En accord avec les informations, nous concluons que l'enfant institutionnalisé est soumis à un processus de « participation- exclusion », aggravé par l'absence de famille et le préjugé social, pour être pauvre et institutionnalisé, et ethno-racial, pour être noir. L'enfant, de façon identique à l'enfant de la périphérie de São Paulo, intériorise ce sentiment de faible auto-estime, se traitant les-unes les-autres par des termes raciaux péjoratifs. La deuxième recherche traite de fillettes et d'adolescentes qui travaillent comme employées de maison, dans la ville de Marília. Les informations montrent qu'elles sont stigmatisées pour travailler comme employées domestiques. La plupart des fillettes et jeunes sont noires et souffrent à l'école, d'être traitées par des termes raciaux dérogatoires. Elles se voient elles-mêmes à travers les différentes dénominations de couleurs de peau, certaines souhaitant être considérées blanches et seules quelques-unes s'identifiant comme noires.

Mots-clés : enfant afro-brésilien, socialisation raciale, racisme.

INTRODUÇÃO

Uma vez na aula de sociologia da educação na Universidade Estadual Paulista (UNESP)-Marília, estávamos discutindo um trabalho do Gilberto Freyre, do qual não me recordo mais o título, quando uma aluna começou a chorar. Tratava-se de uma mocinha morena¹, com cabelos levemente cacheados. Imediatamente interrompi a aula e comecei a conversar com ela. Fiquei sabendo então de que ela era de Blumenau, Santa Catarina, uma cidade de forte presença alemã no estado. A sua mãe era branca e o pai era negro, gerente de um banco importante na cidade. Ela já havia enfrentado uma série de problemas diante da diferente cor de pele dos seus pais. Lembro-me bem de que a escola não queria entregá-la à sua mãe pelo fato de a mãe ser branca. A mãe teve que mostrar uma série de documentos para poder retirar a filha da escola. Às vezes também perguntavam à mãe se a filha era adotada. Podemos imaginar como essas atitudes devem ter marcado essa criança e agora adolescente. Isso deve ter ocorrido nos anos de 1990.

Se esse primeiro fato mostra um exemplo da relação entre adultos e crianças no que se refere às relações raciais, uma outra história ilustra bem a relação entre crianças numa escola pública situada em um bairro pobre, afastado do centro de São Paulo. Jussara, que trabalhou como empregada doméstica na nossa casa no final da década de 1990, primeira metade dos anos de 2000, chegou na nossa casa muito aborrecida com a sua filha menor. Uma menina muito bonita, de rostinho redondo, olhos grande, pele negra como a da sua mãe e cabelos longos e crespos. Ela se recusava a ir para a escola. Perguntei qual o motivo. Para a minha surpresa, ela era xingada pelos outros alunos que a insultavam chamando-a de “preta”, “cabelo duro” e

¹ Moreno ou morena como são chamados no Brasil as pessoas que têm alguma ascendência negra e que têm a pele clara. São consideradas mais brancas do que negras. O termo apresenta duas variantes: moreno claro e moreno escuro.

outros termos pejorativos. Sendo que esses alunos eram, muitos deles, também negros ou mestiços, de ascendência negra e branca. As idas de Jussara para conversar com a diretora e com a professora não surtiram o menor efeito. Nem Jussara, nem a diretora, nem a professora estavam preparadas para enfrentar uma situação como essa.

Comecei esse texto com a relação entre adultos e crianças em razão da importância da família e da escola como agentes de socialização da criança, sem esquecer de que a criança também é agente do seu próprio processo de socialização. O tema das relações raciais tem me acompanhado ao longo das minhas pesquisas com crianças – muitas vezes a pesquisa não está voltada para esse objetivo, mas esse é um tema que retorna sempre. Decidi então aproveitar o presente texto para discutir dois momentos de pesquisas em que esse assunto se destaca e que nunca foram publicados.

IDENTIDADES ESTIGMATIZADAS: CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS²

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, realizada com o objetivo de apreender o processo de formação da identidade social da criança internada em instituições assistenciais.³ A pesquisa foi efetuada em quatro instituições assistenciais, duas na cidade de São Paulo e duas na cidade de Marília, Estado de São Paulo. Foram entrevistadas quarenta crianças de nove a doze anos de idade, e alguns funcionários das entidades.

As crianças, sujeitos dessa pesquisa, pertencem aos grupos subalternos. Segundo José de Souza Martins, a subalternidade, “Não expressa apenas a exploração, mas também a dominação econômica e política. (...) O subalterno não é uma *condição*, figura que o desenvolvimento capitalista supostamente extingiria com o correr do tempo. Estamos diante de um *processo* que se atualiza e subalterniza grupos crescentes, nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres. O negro e a mulher continuam subalternizados em muitas partes do mundo. Mas há novos subalternos surgindo desse processo – os jovens de todas as partes, as crianças, os velhos”. (Martins, 1989: 99, 100 e 101).

Por identidade social, entendemos aquela gerada no processo de socialização do indivíduo. (Violante, 1985: 112). O processo de socialização implica na incorporação dos valores e normas da sociedade à qual pertence o indivíduo. Todavia esse é um processo ativo, pois o indivíduo -criança, jovem, adulto e idoso -, enquanto agente social, interfere na sua própria socialização e na do grupo social a que pertence. (Fernandes, 1979; Kosminsky, 1992)⁴ A

² Este texto intitulado *A Infância Assistida: A Identidade da Criança de Ascendência Africana no Brasil* foi apresentado no VI Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (ALADAA) em 1989 em Havana, Cuba e apenas o seu resumo foi publicado. Esta versão do texto foi reformulada e acrescida de novas leituras.

³ Essa pesquisa faz parte da minha tese de doutorado “A Infância Assistida”, defendida na Universidade de São Paulo, Brasil em 1992. O material apresentado neste artigo não foi utilizado para a confecção da tese. Financiada pelo CERU/FINEP. A coleta dos dados foi realizada no período 1986-1990 aproximadamente.

⁴ Fernandes mostra na sua pesquisa em um bairro pobre de São Paulo como as crianças filhas de imigrantes socializam os seus próprios pais na cultura luso-brasileira. Na minha tese de doutorado discuto como as crianças internadas manifestam a sua própria opinião sobre a vida diária na instituição em comparação com a vida na família e na rua.

compreensão de problemas aparentemente individuais somente é possível através do relacionamento entre a biografia e a sociedade à qual a pessoa pertence. (Mills, 2000)

Partindo dessas considerações, podemos indagar como se apresenta a identidade social da criança dos grupos subalternos. Referimos-nos a uma parcela dessas crianças, isto é, àquelas que vivem em internatos assistenciais, com pouco ou nenhum contato com a família. A identidade social da criança internada se apresenta marcada por um duplo processo de “participação-exclusão”.

A noção de “participação-exclusão” expressa, segundo Marialice Foracchi, “um processo de interiorização da objetividade, ou seja, uma modalidade de experiência do campo de carências. Sob esse aspecto é menos uma definição do que um enfoque segundo o qual o comportamento representa uma interiorização de uma situação objetiva e, ao mesmo tempo, uma transformação dessa situação objetiva no nível do vivido. É assim que, o comportamento mais contraditório, sob o ponto de vista das condições objetivas, pode ser essencialmente coerente para a caracterização do futuro daqueles que não têm futuro objetivo”. (Foracchi, 1982: 12 e 13)

Desse modo, ao buscarmos o processo de construção da identidade da criança internada marcada pela “participação-exclusão”, estaremos também verificando como essa condição objetiva é expressa pelo seu sujeito – a criança.

A criança internada se defronta com a opressão criada pela dupla exclusão, da família e da sociedade. Como enfrenta essa opressão? Assume a identidade estigmatizada de um “futuro marginal”, gerada pela sociedade e reforçada pela instituição? Procura assumir a sua identidade, apresentando resistência à tendência de padronização e de marginalização imposta pela instituição?

Para compreender o processo de formação da identidade da criança marcada pela instituição, partimos da afirmação que as crianças dos grupos subalternos já nascem sob o signo do preconceito. São chamados de “menor”. Este termo é aplicado em toda a extensão aos meninos pobres, independentemente da menoridade civil, expressa pelas normas legais de incapacidade. (Fausto: 1984).⁵

“O termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. Um estigma é, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”. (Goffman, 1975: 12 e 13). Goffman trata da relação entre o indivíduo estigmatizado e o seu processo de socialização:

“Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma idéia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as conseqüências de possuí-lo”. (Goffman, 1975: 41)

⁵ Em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que aboliu o emprego do termo “menor”.

A manipulação do estigma cresce quando a criança está internada na FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor).⁶ Assim de acordo com Maria Lucia Violante, “o menor é sempre visto negativamente” e culpabilizado pela sua situação, seja ele “infrator”, “carente” ou “abandonado” (Violante, 1985: 113). Segundo a mesma autora, a estigmatização da criança, isto é, a sua não-aceitação social culmina com a sua auto-depreciação, com a internalização do processo de exclusão.

Alguns estudos mostram que as instituições assistenciais, inclusive a própria FEBEM, ao categorizarem as crianças em “carentes” ou “infratoras” contribuem para a manutenção do estigma social daqueles que vivem em situação de pauperismo. (Bazílio, 1985) A internação em instituições assistenciais com suas rotinas opressivas contribuiria, segundo determinados autores, para que a criança incorporasse as características de “menor”: “uma pessoa na qual não se pode confiar, nem investir em educação, mas apenas controlar e reprimir”. (Violante, 1985:114; Bierrenbach, 1987)

Assim, a criança entra na instituição em estado de abandono, vê esse abandono reforçado pela ruptura com a família e a rua, agravado pela atitude dos funcionários que olham a criança como “um futuro marginal”. (Guirado, 1986: 94)

Silvino, um dos funcionários da FEBEM/SP UE-2 (Fundação do Bem-Estar do Menor/São Paulo, Unidade Educacional-2) aponta a atitude de alguns dos seus colegas em relação às crianças:

“Para falar o Português claro: criança na FEBEM se pintar (vier) com um pouquinho de instrução vai, vai sair daqui como débil mental. Porque o próprio pessoal faz com que a criança se sinta como débil mental”.

A criança é vista como uma ameaça à sociedade, é o que conta Silvino a respeito de um passeio realizado com as crianças no parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo:

“A criançada estava brincando e junto tinha um pessoal classe média mais alta, com toda a criançada, e todas as crianças brincando, até que uma perguntou: ‘voce é de alguma escolinha?’ ‘Eu sou da FEBEM’. Evacuou a área simplesmente. Isso choca (assusta) muito a criança”.

A instituição é uma prisão para as crianças, uma marca depreciativa, como afirma Silvino:

“É uma prisão para eles. E porque os outros falam, eles têm vergonha de dizer que são da FEBEM, apesar de que eu digo para eles: não, vocês não têm que ter vergonha porque uma criança lá fora não tem um psicólogo, não tem um dentista, não tem viatura (carro da instituição, da polícia) para andar com vocês para baixo e para cima”.

⁶ A FEBEM compreendia dois tipos de internatos, um destinado às crianças “carentes” como eram classificadas as crianças pobres, cujas famílias não podiam sustentá-las e/ou não podiam dispensar os devidos cuidados porque trabalhavam muitas horas por dia; e as crianças e jovens infratores que tinham cometido algum tipo de delito. No início de 1990, a FEBEM deixou de atender as crianças e os jovens sem recursos, e passou a receber apenas as crianças e jovens infratores. Em 2006 a FEBEM foi substituída pela Fundação CASA. O atendimento às crianças e jovens despossuídos, ainda na década de 1990, ficou a cargo de abrigos que de acordo com o ECA deveriam ser provisórios, mas que infelizmente têm se mostrado permanentes.

A tentativa do funcionário para que a criança aceite a sua situação implica na realidade no processo de domesticação dessa criança, carregado do preconceito de classe. Em outras palavras, o fato de ela estar internada se constitui em um privilégio em relação às demais crianças dos grupos subalternos, que não possuem o mínimo necessário para viver.

Entretanto, o preconceito em relação à criança internada encontra-se na escola, como relata Silvino:

“Uma vez uma menina falou para mim: ‘eu não vou mais para a escola’. Eu falei, ah, por que? ‘Porque lá eles me chamam de FEBEM’”.

A discriminação contra a criança internada também foi constatada junto aos funcionários das instituições da cidade de Marília. O preconceito, ao mesmo tempo que encontra-se difundido na sociedade local, é também usado como uma meio de domesticação da criança. De um certo modo, os funcionários reproduzem o preconceito da sociedade em que vivem.

Segundo Dione, assistente social da Associação Filantrópica de Marília, instituição que só recebe crianças do sexo masculino, “antigamente” havia discriminação quanto às crianças da entidade. “Na escola estadual que freqüentavam, eles eram sempre deixados de lado, eram os ‘meninos da Filantrópica’”, conta Marilda, a diretora pedagógica da entidade.

Hoje, de acordo com Dione, a situação “melhorou muito. Alguns ainda mantêm preconceito, mas as professoras elogiam as crianças, ‘são tão bonitos! Vêm bem arrumados!’ Quando contam que moram na Filantrópica, parece que as pessoas ficam com dó, mas se conversarem um pouco mais, vão ver que são meninos normais e levam uma vida normal”.

A ambigüidade está presente no discurso das funcionárias. Essa duplicidade de sentido parece ganhar forma, quando Dione conta que um dos jeitos de conseguir a obediência da criança é ameaçá-la com a FEBEM. “Se não andar na linha, vai para a FEBEM”. É nesse contexto discriminatório que se forma a identidade social da criança.

Considera João Baptista Borges Pereira que: “as crianças negras (ou tidas como tais), por pertencerem às camadas mais carentes da população nacional, parecem constituir-se, percentualmente, no maior contingente de crianças abandonadas das grandes cidades brasileiras”. (Pereira, 1987: 42).

Essa observação do autor foi constatada nas instituições aqui estudadas, onde a maioria das crianças internadas são de ascendência africana. Outros trabalhos também confirmaram esse fato. Segundo Rizzini e Rizzini, “Embora as pesquisas raramente abordem as características étnicas da população internada, os resultados sugerem que apenas uma minoria poderia ser incluída na categoria ‘branca’. No Rio de Janeiro, em três instituições estudadas, foi registrado um percentual de 39% de crianças pardas, 30% de cor negra e 31% de cor branca”. Na mesma cidade, a população atendida pela Fundação Estadual do Menor, em seus vários programas, era composta de 38% de pardos, dado bem aproximado ao encontrado por

Rizzini. O levantamento da FEEM (1982) não especifica a composição étnica da população atendida, assumindo a percentagem de pardos como majoritária”. (Rizzini e Rizzini, 1991: 71)⁷

Para Borges Pereira, existe um duplo preconceito em relação à criança pobre e de ascendência africana: “As crianças negras de rua são, de um lado, acuadas pelo preconceito e pela discriminação de raça e de classe que se reforçam mutuamente, minando, dessa maneira, suas tênues esperanças e alternativas de vida decente. Elas são vistas e tratadas com suspeita, como se constituíssem, naturalmente, o celeiro delinqüencial que irá amanhã aumentar a população encarcerada do país. Por outro lado, representadas através dessa perspectiva preconceituosa, reforçam com a sua presença e comportamentos o estigma que integra a identidade do grupo negro entre nós”. (Pereira, 1987:42)

É o que se pode depreender da fala de Silvino, funcionário da FEBEM, ao se referir a uma conversa que teve com uma colega:⁸

“‘Silvino, você está arrodeado de tição!’⁹ Porque são todos os meus tiçãozinhos, mas são meus, falei para ela. São os meus pretinhos, são os meus pretinhos com muito carinho. O próprio maior faz com que o menor seja... racista. No domingo de carnaval, eu estava rodeado de pretinhos. Só tinha pretinhos do meu lado. Os branquinhos estavam tudo para lá, então os pretinhos ficaram do meu lado. Foi uma coisa fantástica, ficar no meio desses garotos. Está cheio dos pretos do meu lado, os pretos são rejeitados, os pretos vêm tudo comigo”.¹⁰ Silvino relata a atitude de um outro funcionário: “Quando o menor chegava perto de outro funcionário, ouvia este dizer: ‘Sai prá lá macaco!’ O funcionário mesmo dizia, ‘sai prá lá macaco!’” O tom aparentemente carregado de paternalismo do Silvino não deixa de transparecer o preconceito racial e de classe.

Em Marília, na Associação Filantrópica, conta Dione a respeito dos casais que só querem adotar crianças brancas: “Quando viram o Rafael, um garoto recém-chegado de 7 anos de idade, acharam-no muito escuro. Embora, ele fosse da mesma cor da mulher que buscava uma criança...”

⁷ Por “pardo” o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística compreende as pessoas de raça ou cor da pele mestiça de negro com branco, ou seja, mulato. O termo “moreno claro, moreno escuro” é mais usado pela população. O IBGE utiliza cinco categorias de classificação de cor da pele ou raça: branca, preta, parda, amarela e indígena. Além disso, nos últimos anos passou também a utilizar os termos “morena” e “negra”. Nas últimas coletas de dados, o IBGE tem adotado o seguinte procedimento: O próprio entrevistado identifica a sua cor ou raça, e o entrevistador lhe atribui uma cor ou raça. (“Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça” (PCERP)2008)http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1933&id_pagina=1 Consulta realizada em 25 de dezembro de 2011.

⁸ Silvino poderia ser classificado de moreno claro. Suponho porém se perguntado ele diria branco.

⁹ Tício refere-se a um pedaço de lenha meio queimada.

¹⁰ O movimento negro prefere o uso do termo negro em vez de preto. Ao mesmo tempo, sugeriu ao IBGE que englobasse sob a denominação negro as categorias pretos e pardos. (Telles, 2004: 86)

A sociedade brasileira discrimina por classe e por raça/etnia.¹¹ É o que conta a professora Harumi, filha de imigrantes japoneses, e que trabalha no Lar de Meninas Amélie Boudet, em Marília:

“Agora eu entendo isso, antigamente no meu tempo (de criança), eu não entendia, mas havia distinção: ‘Ah, eu não quero sentar com ela não, porque ela é japonesa...’ Isso existiu bastante”.

A discriminação em relação a sexo também ocorre com as meninas. Diz a funcionária Ilma, da FEBEM:

“Agora tem menina que é muito, assim, namora todo mundo, então essa aí, quando sair daqui... principalmente aquela que não tem família, quando ela fizer 18 anos, ela vai ter que sair daqui. Eu não vou poder tomar mais conta dela. Essa daí, minha filha, orientação a gente dá. Aquilo que a gente pode na medida do possível. Daí prá frente, minha filha, eu acho que só Deus...”

Diante dessa situação, como se manifesta a identidade social da criança internada? A análise dos dados da pesquisa, da qual apresentamos uma pequena parte, permitiu verificar que a identidade social da criança internada é construída por duas forças contraditórias: o processo de padronização e de domesticação imposto pela instituição e a afirmação da sua individualidade – através dos vários procedimentos encontrados pela criança para se fazer ouvir.¹²

Como observamos, as crianças negras e internadas estão sujeitas a uma dupla discriminação. As crianças internadas do sexo feminino, brancas e negras, encontram-se na mesma situação. Contudo, a discriminação é agravada quando a criança é negra e do sexo feminino.

A auto-depreciação se manifesta quando as crianças estão em grupo. Chamam umas às outras de: “moleque” (termo derogatório usado para meninos negros), “alemão” (designativo dos mais claros, em Marília), “ó, meu”, “cabelo duro”, “boca murcha”, “negão”. Essa auto-desvalorização também foi encontrada por Madalena Freire no seu trabalho como professora com crianças de três a seis anos de idade, na paróquia de um bairro da periferia de São Paulo:

¹¹ Tendo como base Max Weber, entendemos grupo étnico como aquele que pode falar ou não a mesma língua; pode ou não praticar a mesma religião; compartilha do sentimento de pertencer a um mesmo grupo; identifica-se como tendo um ancestral comum, mítico ou não; pratica casamento endogâmico; tem a mesma procedência, pode ou não usar vestimenta e adornos semelhantes. (Weber, 1964) Não existe uma diferença clara entre raça e etnia, as duas categorias podem se apresentar como uma única ou não, como no caso dos brasileiros de origem japonesa. Raça compreende uma categoria social, assim como etnia, apresentando porém uma especificidade: as pessoas de uma mesma raça apresentam características físicas semelhantes que são transmitidas hereditariamente, como por exemplo, a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato dos olhos, do nariz, da boca. Essas duas categorias sociais são classificações relacionais que carregam uma história, principalmente o termo raça, cuja origem está ligada ao colonialismo e às teorias racistas do século XIX. “Contudo a crença em raças continua a fazer parte das práticas sociais, influenciando enormemente a organização social. Como disse Robert Park, nos anos de 1930, a definição de relações raciais: ‘são relações que existem entre indivíduos conscientes de diferenças raciais’”. (Telles, 2004: 21).

¹² Ver Kosminsky, E. 1992.

No primeiro dia de aula ela observou que as crianças não se chamavam pelo nome, “e sim de ‘aquele moleque’, ‘coisa’, ‘neguinho’, ‘ô’. Percebi então que o meu primeiro objetivo deveria estar centrado no resgate da identidade de cada um como pessoa-gente – com um nome. Pois ‘coisa’ ou ‘ô’ é objeto, é bicho, não é gente”. (Mello e Freire, 1986: 87)

Provavelmente, essa auto-desvalorização significa uma internalização do processo discriminatório de que são vítimas os grupos subalternos. Será que entre as crianças internadas há uma discriminação de fato como aquela vivida pela Professora Harumi na sua infância?

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DE MENINAS E JOVENS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE MARÍLIA, SÃO PAULO¹³

Esta pesquisa junto a algumas famílias que residem em bairros pobres da cidade de Marília busca o conhecimento do trabalho e da prestação de serviços domésticos realizados principalmente por crianças e jovens do sexo feminino, entre 09 e 17 anos de idade, no seu próprio domicílio ou em casa de outras pessoas. Enfocamos, também, a auto-classificação da cor pelas meninas entrevistadas não como uma forma de quantificar, mas sobretudo qualificar o emprego doméstico pelos seu aspecto étnico, demonstrado em pesquisas nacionais. A análise focalizou o ponto de vista das crianças e jovens trabalhadores.¹⁴

Marília – Estado de São Paulo

Tabela 1. Composição étnica da população de Marília em 2000 (n e %).

Etnias	Nº	%
Negros/as	52.420	27,0
Branco/as	136.187	70,0
Amarelos/as	4.945	2,0
Indígenas	354	1,0

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do “Observatório afro-brasileiro – fichário das desigualdades raciais”¹⁵

¹³ Esta pesquisa foi realizada no período de 2000-2004 aproximadamente, pelas então alunas de graduação da UNESP-Marília/bolsistas do CNPq, Josimara Aparecida Rodrigues e Juliana Nicolau Santana, sob a minha orientação, intitulada *O trabalho infanto-juvenil doméstico em Marília*, tendo a Juliana ficado encarregada da parte referente ao trabalho doméstico e a Josimara das relações étnico-raciais. O primeiro segmento foi apresentado no XVI World Congress of Sociology, promovido pela ISA, em Durban, julho de 2006.

¹⁴ Várias pesquisas, entre as quais a de Iolanda Oliveira (1999), apontam para a desigualdade racial no Brasil: aos negros e mestiços ficam reservados os empregos de menor qualificação e remuneração.

¹⁵ Observatório afro-brasileiro (IE/UFRJ - IPDH), baseado nos microdados da amostra de 10% do Censo Demográfico do ano de 2000 (IBGE), encontrado no site do Observatório Afro-brasileiro.

Orientamos a nossa pesquisa sobre o trabalho e a prestação de serviços domésticos na cidade de Marília, buscando o que há de específico nessa micro-situação e o que ela nos conta sobre o mundo social onde está inserida (Burawoy, 1991). A pesquisa foi realizada em alguns bairros das camadas subalternas da cidade de Marília, mais comumente chamados de favelas ou bairros de habitações precárias. Os bairros foram escolhidos por serem considerados pela população da cidade como os de condições sócio-econômicas mais desprivilegiadas.

Tabela 2. Nível de rendimento médio mensal da população branca e negra de Marília em 2000 (R\$).

Etnia/gênero	R\$
Homens brancos	1.022,00
Mulheres brancas	620, 00
Homens negros	484, 00
Mulheres negras	307, 00

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do "Observatório afro-brasileiro – fichário das desigualdades raciais"

Realizamos caminhadas em finais de semana nos bairros periféricos e em algumas favelas da cidade, abordando os moradores em busca das meninas trabalhadoras. Buscamos também indicações entre as pessoas nas filas de ônibus do terminal urbano. Com as meninas identificadas, foram feitos no mínimo três contatos: para convidar a participar da pesquisa, para apresentar os objetivos e o roteiro que seria utilizado e finalmente para coletar as informações. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas gravadas, nas próprias residências, com 20 meninas entre 09 e 17 anos, e um jovem de 15 anos, escolhidos aleatoriamente, que têm em comum estarem ocupadas em tempo integral ou parcial com a prestação de serviços domésticos, percebendo algum tipo de remuneração e/ou que realizam atividades domésticas em seus lares para o próprio grupo familiar.

As entrevistas se caracterizaram principalmente pela dificuldade de encontrar meninas que consentissem em realizá-las, pois, o estigma negativo do trabalho doméstico dificulta a aceitação perante os outros da realização dessas atividades. O medo do Conselho Tutelar de Marília se apresenta muito forte entre as jovens e seus familiares que se recusaram a falar, evidenciando que o emprego infanto-juvenil é tido abertamente como ilegal. Deparamos-nos também com a desconfiança das pessoas que tinham medo de sofrerem algum tipo de violência e que nos julgavam capazes de atividades ilícitas em relação às crianças e aos jovens. E ainda com as confusões de comunicação, em que éramos apresentadas a jovens que estavam procurando empregos domésticos. Outro problema foi o fornecimento de informações incorretas, como endereço e nome de pessoas inexistentes. Mesmo assim, as entrevistas nos pareceram a melhor forma de garantir uma análise que fugisse da simples apresentação dos números, dando a esses um caráter qualitativo, fundamental para o nosso foco de análise.

Vencendo os obstáculos acima descritos, percebemos a identificação que as crianças e jovens apresentaram em relação a nós, pesquisadoras¹⁶. Fomos tratadas de modo informal, convidadas para tomar café, perguntavam se estávamos com pressa e se poderíamos ficar mais um pouco para um bate-papo. Contaram-nos acontecimentos confidenciais e nos convidaram para retornarmos para uma visita. Acreditamos que o fato de ambas as entrevistadoras serem jovens e negras contribuiu para essa integração. Já que as crianças e os jovens entrevistados na sua maioria também são negros e, embora em grande parte não se auto-identifiquem como tal, não raramente encontramos uma mãe, uma tia, uma irmã, um avô, um pai negro, um irmão que é negro. Apresentaremos aqui os resultados da pesquisa referentes à auto-identificação e as relações étnico-raciais das meninas e jovens trabalhadoras domésticas.

Partindo do conceito de etnicidade de Max Weber (1964) e da formulação de fronteiras étnicas por Frederik Barth (2000), Richard Alba e Victor Nee (2005) consideram que, para definir etnicidade é necessário distingui-la de outros tipos de situações de fronteira do grupo social. A ênfase de Weber na crença subjetiva do compartilhar dos mesmos ancestrais, isto é, a percepção das raízes comuns, é o caminho para a distinção das situações étnicas, sendo raça um tipo particular de etnicidade, na qual as características físicas desempenham um papel central nas percepções sociais do pertencimento ao grupo (Alba; Nee, 2005: 298, nota 30).

Não há um consenso na literatura a respeito da relação conceitual entre raça e etnia porque muitos grupos étnicos e raciais compreendem critérios culturais e físicos ao mesmo tempo, embora em diferentes proporções. O conceito de raça, no entanto, refere-se aos grupos étnicos que são principalmente identificáveis pelo critério fenotípico (Alba; Nee, 2005: 298, nota 30). Nesta pesquisa sobre crianças e jovens no trabalho doméstico, algumas afirmações sobre etnicidade são utilizadas também para raça.

A colocação de Alba e Nee implica na ideia de raça baseada na identidade grupal, o que segundo Edward E. Telles (2004) seria válido para os Estados Unidos mas não para o Brasil. Partindo do consenso sociológico de raça como um constructo social relacionado às ideologias racistas, esse último autor observa que crenças na existência de raças estão imbuídas na práticas sociais, dando ao conceito uma grande influência na organização social. Daí a necessidade de se trabalhar com o conceito de relações raciais, definido por Robert Park (2000), na década de 1930, como “relações que existem entre indivíduos conscientes das diferenças raciais”. Como bem apontou Telles, o termo raça é mais usado nos Estados Unidos do que no Brasil, onde o termo cor é mais comum. Neste último país, na pesquisa que realizou, ele encontrou os termos raça e cor como analiticamente semelhantes, derivados de ideologias raciais semelhantes, e optou por empregar o termo raça (Telles, 2004: 21-22). Na nossa pesquisa, decidimos utilizar o termo cor, como equivalente a raça no sentido utilizado por Park, por achá-lo mais adequado às relações raciais no Brasil.

O relatório da OIT, de 2003, baseado em pesquisa realizada nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte, reafirma a ligação do emprego doméstico ao sexo feminino e à negritude da pele, ressaltando também o viés da pobreza característico das famílias que dependem desta categoria de trabalho (Haas, 2003).

¹⁶ As entrevistas foram coletadas pelas alunas Juliana Nicolau Santana e Josimara Aparecida Rodrigues, co-autoras deste trabalho.

É importante salientar que no censo de 2000 do IBGE, um total de 40,4% da população brasileira se declarou parda e somente 5,6% preta. Os dados abaixo mostram a exclusão a que estão submetidos negros e negras no país:

Em 2001, o rendimento das famílias brancas chegava a ser 2,3 vezes superior (R\$481,6) ao das famílias afro-descendentes (R\$205,4); no mesmo ano, cerca de 47% dos afro-descendentes no Brasil eram considerados pobres e 21,2% indigentes. No caso da população branca, os percentuais são 22,4% de pobres e 8,4% de indigentes¹⁷ (Sant'Anna, 2003: sem número de página).

A mulher afro-descendente é alvo, de forma mais significativa, da desigualdade no acesso ao trabalho, à saúde, à educação etc. As meninas negras ou pardas ingressam ainda mais cedo que as brancas no trabalho doméstico infantil. As meninas de 10 a 14 anos afro-descendentes que realizam o trabalho doméstico somam 20,5%, contra os 14,9% das meninas brancas.

Tabela 3. Taxa de analfabetismo da população maior que 15 anos dividida por grupos étnicos, em Marília.

Taxa de analfabetismo da população negra maior que 15 anos de idade = 10%
Taxa de analfabetismo da população branca maior que 15 anos de idade = 05%
Taxa de analfabetismo funcional da população negra maior que 15 anos de idade = 25%
Taxa de analfabetismo funcional da população branca maior que 15 anos de idade = 15%

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do "Observatório afro-brasileiro – fichário das desigualdades raciais"

Tabela 4. Intensidade de pobreza e indigência da população negra, em Marília.

Número absoluto de negros abaixo da linha de pobreza: 16.912
Número absoluto de negros abaixo da linha de indigência 3.069
Número relativo de negros abaixo da linha de pobreza: 32%
Número relativo de negros abaixo da linha de indigência: 15%

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do "Observatório afro-brasileiro – fichário das desigualdades raciais"

¹⁷ Pelliano critica a definição do valor monetário da linha de indigência e adota o método desenvolvido pela CEPAL que se baseia "no custo de uma cesta básica de alimentos cuja composição atende aos requerimentos nutricionais (...). A linha de indigência foi então estabelecida em função do gasto *per capita* de uma família típica intermediária para satisfazer o conjunto de suas necessidades alimentares. Assim são considerados indigentes as famílias cujos rendimentos mensais lhes permitem, no máximo, a aquisição desta cesta básica de alimentos". (Pelliano, 1993: 5)

Nota. Essas tabelas foram elaboradas por Josimara Aparecida Rodrigues.

No Brasil, a terminologia oscila entre branco e preto, passando por negro, pardo, mulato, moreno, escuro ou claro etc. conforme, entre outros fatores, o fenótipo, o grau de instrução e, principalmente, a renda das pessoas. Dessa forma, um indivíduo se denomina ou é visto enquanto negro, de modo geral, quando “são jovens, escolarizados e desempregados”, havendo sempre, como afirma Valle Silva, uma preferência para o branqueamento (Valle Silva, 1994: 70). Logo, pessoas com traços fenotípicos negros, quando financeiramente mais confortáveis e, muitas vezes, adultas optam por se declararem “morenas” ou “pardas”, chegando, quando esses traços não são tão determinantes, a se auto-atribuírem como “brancas”. Já os que optam em se verem como “pretos” são, em geral, pobres e mais velhos. “Concluindo, a auto-declaração de cor define grupos de indivíduos (os pretos, pardos, negros, morenos, brancos etc.) com características sociais e culturais similares.” (Sansone, 1996: 179). Isto é, as pessoas se auto-classificam conforme se identificam com uma ou outra posição social e quando participam ou não de um *status* cultural, é o que Valle Silva e outros, denominam como “raça social” em oposição ao conceito de raça biológica comum até os anos de 1950 no Brasil (Valle Silva, 1994).

Nesse sentido, Lilia Schwarcz chama a atenção para o termo pardo, uma vez que ele é utilizado para diferentes agrupamentos étnicos e de modos diversos ao longo dos censos no Brasil. Se em 1950 e 1980 pardos eram todos aqueles que se declarassem como índios, mulatos, morenos, caboclo ou que não respondiam à pergunta, em 1960 os índios passaram a possuir um termo específico. Schwarcz, desse modo, questiona o referido termo e dá pistas para outros, como moreno, que assim como pardo é “uma espécie de ‘sobra do censo’, que representa, paradoxalmente, a maior parte dessa população.” (Schwarcz, 1999: 301)

Assim como faixa etária, nível de renda e escolaridade influem, consideravelmente, na atribuição de cor, o contexto geral também influencia, segundo Yvonne Maggie, como estratégias que geram as relações entre os indivíduos, diferenciando, pois, a definição de acordo com os diferentes lugares de atuação do indivíduo: no trabalho, na família e em momentos de lazer com os amigos.

A gama de classificações apontadas por pesquisas como a de Oracy Nogueira, Livio Sansone, Valle Silva etc. demonstra que essa é baseada no fenótipo das pessoas, ou melhor, na presença ou ausência de traços fenotípicos negros nos indivíduos, e que esses traços também são os responsáveis pelo tratamento que uma pessoa dispensa à outra. O que levou Nogueira, e outros depois, a elaborar uma definição diferenciando o caso brasileiro, onde predomina o “preconceito de marca”, por oposição ao “preconceito de origem”, mais adequado aos Estados Unidos. (Nogueira, 1985).

Relacionando os argumentos de Oracy Nogueira sobre o “preconceito de marca” existente no Brasil e a utilização do conceito de “raça social” por Valle Silva, encontramos uma

explicação para o difuso modelo de classificação, atribuído ou auto-percebido, relacionado à situação sócio-econômica e cultural das pessoas.

Contudo, as desigualdades entre brancos e negros, ou mestiços, já se apresentavam aos olhos nacionais, evidenciando uma discriminação cultural e, sobretudo, econômica, que unia-se ao conceito biológico de raça salientando uma forma de discriminação pela aparência. Assim, a expansão da consciência de ter traços negros e de se assumir enquanto afro-descendente repercute fora dos espaços negros e passa a fazer parte dos dizeres populares. Segundo Sansone, “o sistema de classificação reflete o conflito e a negociação em torno da cor e, em geral, as várias formas através das quais a ideologia racial é vivenciada nas diferentes camadas sociais e nas instituições”(Sansone, 1996: 166). A identificação com a cultura negra e com traços negros se transforma em relação com outras identidades sociais “baseadas na classe, no gênero, no lugar de moradia e na faixa etária”, ainda conforme Sansone, o que fica evidente ao analisarmos as falas das entrevistadas que se apropriam dessas “identidades”.

“Ah, eu pertencço à ‘raça’ morena. Tenho meu avô ‘escuro’ mas minha avó é branca. E nós somos assim, morenos”, diz Aline (15 anos). Assim como, nas pesquisas, uma pequena parte da população se declara como negra ou preta, optando pelos termos moreno e pardo. Se de um lado Aline reluta a se ver enquanto mulata ou negra, Jéssica (15 anos), por outro lado, diz: “sou preta, toda minha família também.”

Entre as empregadas domésticas, tanto adultas como infanto-juvenis, e na maioria da população brasileira, não encontramos uma percepção fixa da cor. Geralmente, o que verificamos é uma pluralidade de tons e modos diferentes de percebê-los. “Deste modo, elas podem se identificar e serem identificadas como morena por um transeunte, como parda por um pesquisador e como ‘neguinha’ pelo seu companheiro” (Bernardino, 2003: 236) Assim, temos no Brasil um amplo leque de tonalidades observadas pelo tom de pele, as meninas trabalhadoras domésticas de nossa pesquisa, como as jovens, se identificam e são por nós, pesquisadores, identificadas de modo quase sempre diverso.

Fernanda (15 anos) se auto-identifica como branca, bem como, à sua família. *“Tem gente que me chama de moreninha”, diz. Para a pesquisadora, a família de Fernanda apresenta uma variação de tons de pele, mas a cor predominante está próxima do “branco”. Diz Elisa (16 anos): “Meu irmão é moreninho, mas eu, meu pai e minha mãe somos brancos”. Conta à pesquisadora que as pessoas identificam a sua cor como “branca”. Para a pesquisadora, essa entrevistada tem a tez clara, sem com isso deixar de apresentar traços fenotípicos próprios às pessoas de pele negra, o que permitiria classificá-la como morena ou parda.*

O estudo das relações raciais, no Brasil, remete-nos à constatação de que a formação de uma identidade étnica passa pela aceitação social, principalmente, no caso das empregadas domésticas que pertencem a uma categoria ocupacional dita desprestigiada e estigmatizada. A percepção de cor dessas mulheres e meninas dá-se em momentos negativos, na relação com o empregador em situação de “submissão”, quando se recusam a se reconhecerem como negras, mas são reconhecidas pelo outro, que ocupa um status superior, como pretas.

Devemos levar em consideração, ainda, o forte ideal de branqueamento percebido no estudo com as meninas empregadas domésticas. Alguns estudos chamam a atenção para a

interpretação social dessas meninas, e mulheres, que relacionam o termo preto ao extremo inferior da hierarquia racial brasileira e branco ao extremo superior. Acreditamos, desse modo, que classificarem-se em posições intermediárias significaria aceitar a posição desprestigiada da classe “não-branca” sem pertencer ao grupo dos mais excluídos socialmente, os pretos.

“Preto (a), portanto, será equivalente à limitação de cidadania social, a saber, o não-usufruto dos benefícios associados ao nível de desenvolvimento do país” (Bernardino, 2003: 238) Preto é um termo que não se restringe apenas ao fenótipo – cor de pele, formato do rosto ou nariz ou tipo de cabelo – mas abrange, também, a características culturais, políticas, econômicas e espaciais.

Neste sentido, estamos falando de uma classificação negativa que emerge do padrão de relações raciais no Brasil. Esta denominação está associada ao insulto, que tem por função institucionalizar a inferioridade racial do outro, fazendo com que o outro não se esqueça e retorne ao seu lugar inferior (Guimarães, 1995: 194-195).

Negro, ao contrário, está associado a uma identidade racial positiva, ligada à consciência militante articulada à construção política e social de reconhecimento pelos anos de escravidão e exclusão da população negra.

Resumindo a questão da atribuição de suas próprias cores, obtivemos um leque de resposta que as garotas sintetizaram em branca, preta e morena ou mulata. Aline (15 anos), Gleice (17 anos), Julia (16 anos), Rosa (15 anos) e Adriana (16 anos) se consideram morenas, apesar de terem traços negros característicos como os lábios grossos e o tom de pele mais próximo ao negro, poderiam ser também classificadas por mulatas. Ana Cláudia (9 anos) e Jéssica (15 anos) declaram mais facilmente serem negras, mesmo quando em um primeiro momento se reconhecem como morenas, acabam se definindo como pretas ou negras. Sandra (17 anos) proveniente de uma família mais clara que as demais entrevistadas se declara branca. Fernanda (15 anos) que se considera branca poderia, segundo a pesquisadora, ser vista como morena ou mesmo parda. Apesar de Elen, Érica (irmãs de 16 e de 13 anos, respectivamente) e Elisa (16 anos) se considerarem morenas, as duas primeiras podem ser vistas como negras ou pardas, e Elisa como branca para alguns e parda para outros. Embora não apresente características negras marcantes como Elen, Érica se declara mulata.

As meninas, exceto Jéssica (15 anos) e Aline (15 anos), declaram não ter sofrido preconceito algum devido à sua cor. No entanto, o relato de Jéssica afirma o contrário: *“Sou preta, minha família toda é. Tem gente que me chama de moreninha, eu não gosto, mas tem dia que também não gosto que me chama de mulata porque é um xingo. Quase ninguém fala negra, às vezes mulata. Só que mulata vem de mula e eu também não sou mula. As vezes eu penso que as pessoas me xingam porque sou preta. (Onde as pessoas lhe ofendem?) Na escola. Agora não, mas antes, até a 7ª série, aqueles meninos tontos viviam me xingando. Eu xingava eles também.”*

O relato de Aline também desmente a negação do preconceito: *“Eu e minha família somos mulatos. Tem gente que me chama de moreninha, outros de negra ou mulata. Às vezes alguém fala que sou negrinha só para me ofender. Normalmente, eu fico brava e tem vezes que nem ligo. Sou negra mesmo”*.

Todos esses diálogos com as meninas entrevistadas podem ter sido facilitados pelo fato de as pesquisadoras se identificarem a si próprias como negras.

Finalmente, embora a maioria da população de Marília seja constituída por pessoas brancas, encontramos exercendo atividades domésticas remuneradas um número proporcionalmente maior de meninas e jovens negras – em razão da pobreza em que se encontra um grande número de famílias afro-descendentes na cidade.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A socialização racial das crianças ocorre através do seu relacionamento com adultos e com outras crianças, principalmente na família, na escola, em instituições assistenciais e na vizinhança. É através desses relacionamentos que a criança aprende o que significa pertencer a uma ou outra categoria racial, “criando e recriando o significado social de raça”, algumas demonstrando baixa-estima, através da internalização do preconceito racial, e outras desvalorizando as demais pelo uso de termos raciais derogatórios. (Fazzi, 2004: 218).

Muito embora a situação racial seja menos polarizada no Brasil do que aquela encontrada nos Estados Unidos, não podemos deixar de apontar aqui para a falta de socialização racial da maioria das famílias afro-brasileiras em relação aos seus filhos, bem como para o papel inexistente da escola em relação a essa específica socialização (Fazzi, 2004). No caso dos Estados Unidos, Erin Winkler demonstra o papel desempenhado pela família extensa afro-americana na socialização racial das crianças. Entendemos por socialização racial as palavras dessa autora: “É o processo através do qual as crianças compreendem a sua própria identidade e a de outros, os papéis e posições em relação a raça em vários contextos e como raça influenciará as suas vidas. As famílias afro-americanas se opõem às mensagens racialmente hostis e ensinam às suas crianças como agir em uma sociedade desigual através da socialização racial familiar. Ensinam às suas crianças os valores da cultura africana e afro-americana herdadas pela socialização racial familiar pro-cultural” (Winkler, 2011: 274-273. Tradução livre)

Faço minha as palavras de Rita de Cássia Fazzi: “Temos um grande desafio: construir uma sociedade igualitária em termos raciais, em que o preconceito não opere em nenhum nível das relações intersubjetivas”. (Fazzi, 2004: 219).

REFERÊNCIAS

- Alba, Richard; Nee, Victor. (2005) *Remaking the American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration*. Cambridge: Harvard University Press.
- Barth, Fredrik. (2000). Os grupos étnicos e suas fronteiras. In F. Barth. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (pp. 25-68) Rio de Janeiro: Contra Capa.

Bazílio, L. C. (1985). *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Vega – Novo Espaço.

Bernardino, Joaze. (2003). Hierarquia e cor entre empregadas domésticas em Goiânia. In Barbosa, L.M.A. et al. (Ed.) *De Preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2003, pp. 227-242

Bierrenbach, M.I. (1987). Instituição fechada e violência: Uma visão de dentro. In Sader, E. et al. (Ed.), *Fogo no pavilhão*. São Paulo: Brasiliense. Pp. 37-119.

Burawoy, M. (1991) Prefácio e cap. 13. In M. Burawoy (Ed.). *Ethnography Unbound: Power and Resistance in the Modern Metropolis*. (pp.161-177). Berkeley: University of California Press.

Fausto, B. (1984). *Crime e cotidiano*. São Paulo, Brasiliense.

Fazzi, Rita de Cássia. (2004). *O drama racial das crianças brasileiras: Socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.

Fernandes, F. (1979). As trocinhas do Bom Retiro. In Fernandes (Ed.). *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (pp. 153-258). Petrópolis: Vozes.

Foracchi, M. M. (1982) *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.

Fundação CASA: Centro de Atendimento socioeducativo ao adolescente. (2010). Consultado em 24 de dezembro de 2011 através de <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/>

Goffman, E. (1975). *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar.

Guimarães, A. (1995). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Guirado, M. (1986). *Instituições e relações afetivas*. São Paulo: Summus.

Haas, F. (2003) *O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte: diagnóstico rápido*. Brasília: OIT. Consultado em 17 de dezembro de 2003 através de <<http://www.oit.org.br>>.

Kosminsky, E. (1992). *A infância assistida*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo.

Maggie, Y. (1996). Aqueles a quem foi negada a cor do dia. As categorias cor e raça na cultura brasileira. In Marcos Chor Maio (Ed.). *Raça, etnia e sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz:CCBB.

Martins, J. de S. (1989). *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec.

Mello e Freire. (1986). Relatos de experiência: Relatos da (con)vivência: Crianças e mulheres da Vila Helena nas famílias e na escola. *Cadernos de Pesquisa*, 56, 82-105.

Mills, C.W. (2000) *Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press. [1959]

Nogueira, O. (1998). *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp.

_____. (1985) *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Oliveira, I. (1999) *Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto.

Pereira, J. B. B. (1987). A criança negra: Identidade étnica e socialização. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, 63, 41-45.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1990). Lei No. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Consultado em 24 de dezembro de 2011 através de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.html

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2008. *Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça (PCERP)*. Consultado em 25 de dezembro de 2011 através de http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1933&id_pagina=1

Park, Robert. (2004). The Nature of Race Relations. In: Les Back; John Solomos. (Ed.). *Theories of Race and Racism*. (pp.105-112). London: Routledge.

Pelliano, A. (1993). *O mapa da fome II: Informações sobre a Indigência por Município da Federação*. In A. Pelliano (Ed.). Brasília: IPEA. Consultado em 15 de agosto de 2005 através de <<http://www.ipea.gov.br>>.

Rizzini e Rizzini. (1996). 'Menores' institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In Fausto e Cervini (Ed.). *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez. Pp. 69-90.

Sansone, L. (1996). Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Estudos Afro-Asiáticos*, 18, 165-188.

Sant'Anna, W. *Dossiê assimetrias raciais no Brasil: Alerta para a elaboração de políticas*. Belo Horizonte: Rede Feminina de Saúde/Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2003. Consultado em 4 de janeiro de 2012 através de

<http://www.redesaude.org.br/portal/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/005.pdf>

Schwarcz, L. (1999) Questão racial e etnicidade. In S. Micelli (Ed.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES.

Telles, E. E. (2004) *Race in another America: The significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University.

Valle Silva, N. (1994). Uma nota sobre raça social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 26, 67-80.

Violante, M. L. (1985). Para além da humanização. *Temas IMESC*, 2 (2).

Weber, M. (1964) Comunidades étnicas. In M. Weber (Ed.). *Economía y Sociedad* (Vol. I, IV, pp. 315-327). México: Fondo de Cultura Económica.

Winkler, Erin. (2011) Chapter 11. "My Aunt Talks about Black People All the Time": The Significance of Extended Family Networks in the Racial Socialization of African American Adolescents. In Osei-Mensah Aborampah and Niara Sudarkasa (Ed.) *Extended Families in Africa and The African Diaspora*. (pp. 273-295).